

NADA CONSTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE EVASÃO ESCOLAR E A POPULAÇÃO NEGRA

Sofia Rafaela Oliveira de Aquino¹
Normando José do Nascimento Júnior²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo mapear as pesquisas publicadas no Brasil, entre 2014 e 2019, sobre evasão escolar e raça. Foi realizada uma revisão sistemática de literatura mediante uma busca eletrônica de artigos indexados nas bases SciELO e Periódicos CAPES, a fim de quantificar e categorizar pesquisas com esse recorte. Após análise dos critérios de inclusão/exclusão, nenhuma publicação foi encontrada em tais periódicos. Tal resultado evidencia uma grande defasagem de discussão da temática de evasão escolar como uma questão também de desigualdade racial. Conclui-se, a partir disso, que é necessário fomentar ativamente a produção de saber sobre a experiência escolar de pessoas negras. Além disso, cabe construir meios de intervenção que abarquem a integralidade dos sujeitos, que propiciem acesso e permanência dessas pessoas à escola e uma posterior ruptura na estrutura de desigualdade.

Palavras-chave: Evasão escolar, População negra, Desigualdade educacional, Racismo, Escolarização.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é considerada um grande problema na educação brasileira. Se coloca como um desafio à garantia do direito universal à educação e reflete em taxas de analfabetismo, atraso e retenção escolar, culminando em outros problemas sociais da ordem da exclusão e da desigualdade. Vitelli e Fritsch a descrevem da seguinte maneira:

Ela ocorre quando estudantes iniciam seus cursos, mas não os concluem, sendo relacionada à desistência por qualquer motivo, exceto diplomação. É caracterizada, assim, como um processo de exclusão determinado por variáveis internas e externas às instituições de ensino, configurando-se como um fenômeno complexo, associado com a não concretização de expectativas. Pode ser vista, nesse sentido, como o reflexo de múltiplos fatores intervenientes, que precisam ser compreendidos tendo em vista o contexto socioeconômico, político e cultural, o sistema educacional e as instituições de ensino. (VITELLI E FRITSCH, 2016, p. 910).

Considerando essa policausalidade da evasão escolar, torna-se essencial que o conhecimento produzido sobre o tema considere os mais diversos recortes sobre o fenômeno e as possíveis intervenções sobre ele. Um dos elementos influentes na evasão escolar é a

¹Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sofiarafeaaquino@gmail.com;

²Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, normandojunior10@gmail.com;

desigualdade educacional relacionada à raça, como indicam os dados da PNAD Contínua 2017 (IBGE, 2017).

Considerando a constatada influência da desigualdade racial na experiência escolar dos indivíduos e os dados referentes à desigualdade entre brancos e não-brancos no acesso, permanência e ascensão educacional, essa pesquisa buscou verificar e quantificar o número de publicações de artigos sobre evasão escolar com enfoque étnico-racial da população negra nos últimos 5 anos. Foi usada como metodologia a revisão sistemática de literatura consequente à busca nas bases Scielo e Periódicos CAPES. Como resultado, foi verificado que nenhum dos artigos analisados se enquadrou nos critérios de inclusão, contabilizando o total de zero artigos localizados sobre evasão escolar com recorte racial.

Considerando esse resultado, foi produzida uma discussão sobre o fenômeno à luz dos conceitos de epistemicídio de Boaventura de Sousa Santos, e de capital cultural de Pierre Bourdieu (SILVA E PINHO, 2018; SILVA, 1995), situando também as políticas e leis referentes ao ingresso e permanência na escola, com o objetivo de refletir e compor uma rede de conhecimentos com aplicabilidade tanto a nível de intervenções em escola quanto na construção de políticas nacionais que previnam efetivamente a evasão escolar da população negra e garantam uma escolarização digna para todos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa de revisão sistemática de literatura foi realizada mediante uma busca eletrônica de artigos indexados nas bases SciELO e Periódicos CAPES, com uso dos descritores “evasão escolar” e “população negra”, “evasão escolar” e “etnia”, “evasão escolar” e “raça” e “evasão escolar” e “políticas identitárias”, com o objetivo de mapear e quantificar a presença de publicações correlacionando evasão escolar e raça. Foram analisados os artigos de 2015 até 2019, buscando observar as produções dos últimos 5 anos sobre o tema. Foram estabelecidos como critérios de inclusão ser um artigo, ter sido publicado no Brasil e em língua portuguesa. Foram definidos como critérios de exclusão que a publicação não contivesse os temas de evasão escolar e raça presentes nos objetivos da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O processo de escolarização tem tido um papel histórico forte e significativo na vivência da infância e no desenvolvimento humano. Mais do que um espaço físico, a escola enquanto

instituição promove o acesso a conteúdos curriculares, desenvolvimento de indivíduos, conflitos, estudo científico e tantos outros fenômenos possíveis. E esse processo se expande com múltiplos atores e experiências que não podem ser padronizadas ou previstas.

O ingresso das crianças na escola não ocorre mais da mesma forma que antes. O processo de escolarização de crianças com menos de 7 anos ocorria na creche ou em pré-escolas, a depender do poder econômico das famílias, tendo sido o direito à educação formal para crianças de 0 a 6 anos garantido a partir da Constituição de 1988 (PANSINI E MARIN, 2011, p. 89). Essa garantia legal se intensificou posteriormente através do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Parecer 022/CNE/CEB/1998 (BRASIL, 1990; BRASIL, 1998). Assim, a idade de acesso ao ambiente escolar, antes determinada a partir das demandas familiares, agora tem sido marcado por um caráter legal instituindo a educação como direito de toda criança. Deve-se considerar também que as crianças tem sido apresentadas a espaços de socialização externos à família cada vez mais cedo em decorrência de fatores como a necessidade de trabalho das mães e o advento de creches e escolas ou de período integral.

A partir do ano de 2013 se estabelece na forma da Lei 12.796 a obrigatoriedade do ingresso da criança na escola de educação infantil a partir do quarto ano completo de vida (BRASIL, 2013). A entrada dessas crianças na escola vai trazer consigo o debate e a necessidade de adaptações: do aluno à nova rotina, novos pares e novas responsabilidades; da escola, que precisa estar adaptada para receber alunos na primeira infância; e da família, que agora não será mais o grande único núcleo socializador da criança.

Apesar da experiência de escolarização dos sujeitos ser sempre diferente, a existência de uma desigualdade de direitos e oportunidades é algo que deve ser considerado e combatido tanto por meio de produção científica quanto por políticas públicas. No Brasil, essa desigualdade se apresenta também no processo de escolarização de pessoas negras, indicando que a cor da pele tem uma influência sobre a experiência de socialização dos indivíduos, e isso inclui sua vivência na escola. No Brasil, isso se mostra claramente nas estatísticas da educação no país, como o analfabetismo, realidade de 9,3% dos negros do país contra 4% dos brancos. Isso mostra que o racismo presente nas instituições afeta a experiência escolar da população negra, com influência direta na realidade social, culminando em tais altas taxas de analfabetismo, além de outros prejuízos como atraso escolar e retenção (IBGE, 2017).

É válido ressaltar, entretanto, que essa constatação não busca situar no aluno negro ou neste grupo social deficiências ou impossibilidades. Ao contrário, evidencia as dificuldades da escola e do Estado como garantidor do direito à educação e um espaço de promoção de equidade

e democratização do saber. É necessário tensionar a estrutura educacional atual a fim de compreender quais as causas da manutenção dessas diferenças e formular meios de enfrentamento a elas.

Há de se considerar que, apesar de o problema do acesso à escola não ter sido plenamente resolvido, os dados da PNAD Contínua Educação 2017 apontam que políticas de acesso e garantia do direito à educação têm contribuído para que cada vez mais crianças sejam formalmente educadas, sendo que entre crianças de 4 a 5 anos, as que estavam matriculadas correspondiam a 91,7% em 2017 (IBGE, 2017). Compreende-se, então, que as dificuldades na garantia do direito à educação para a população negra vão além do ingresso na escola, uma vez que apesar de consideráveis avanços promovidos pela legislação e por políticas de acesso, a educação de pessoas negras ainda se mostra ameaçada por outros fatores, como já apontado.

A pesquisa PNAD Contínua realizada em 2017 pelo IBGE aponta que a porcentagem de adolescentes negros com idade entre 11 e 14 anos frequentando a escola na série adequada era de 83,4% contra 89,1% dos alunos brancos. No Ensino Médio, esse valor cai para 63,5% entre os negros, enquanto 76,4% dos brancos estão frequentando a escola na série correspondente à sua idade. De acordo com a mesma pesquisa, “a partir da informação de frequência à escola ou creche é possível calcular a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida, indicadores que ajudam a monitorar o acesso, o atraso e a evasão do sistema de ensino brasileiro.” (IBGE, 2017, p. 4).

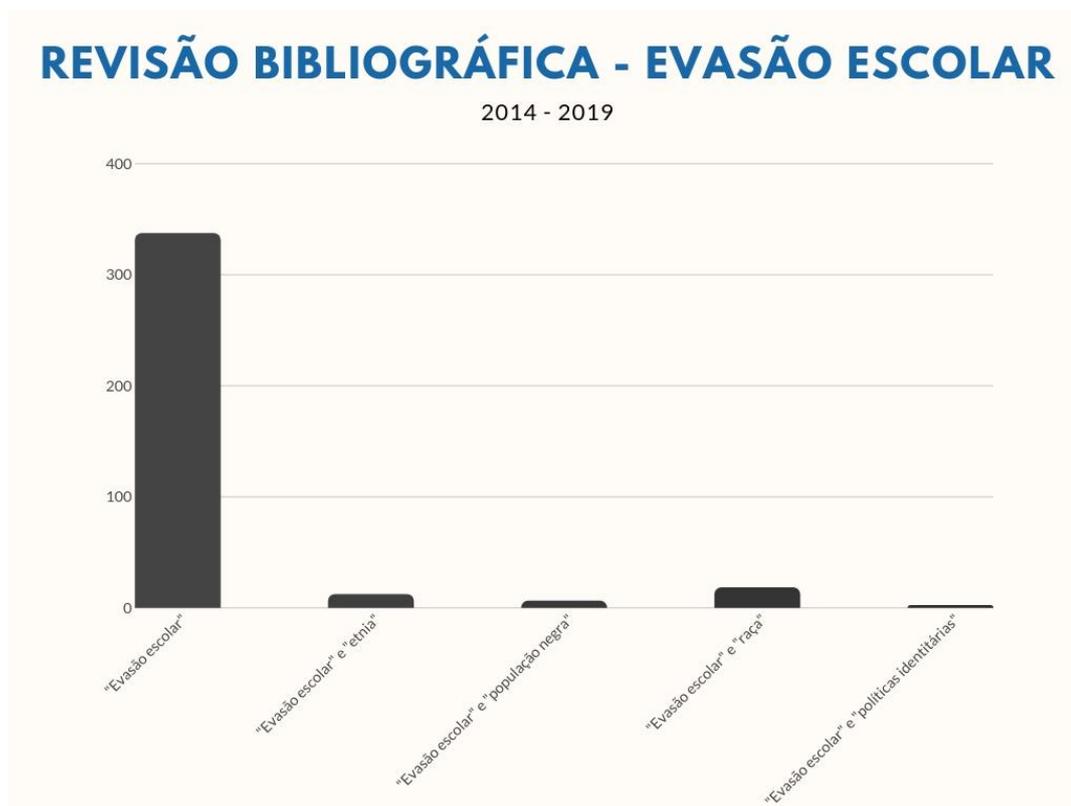
A evasão escolar é um dos problemas que preocupam os profissionais da educação, junto com o fracasso escolar, a indisciplina, entre outros. Esse fenômeno, que implica na saída processual e/ou no abandono de estudantes à escola, precisa de uma leitura situada com a realidade social observada, não podendo ser visto de forma unilateral. Isso porque se tende a centralizar as causas e a responsabilidade da evasão apenas no próprio aluno, sem considerar que, de acordo com Camargo e Rios em referência a Paulo Freire, “esses conceitos são expressões da ideologia dominante que leva as instâncias de poder, antes mesmo de assegurar-se das verdadeiras causas do intitulado “fracasso escolar”, conferindo toda a culpa aos educandos.” (CAMARGO E RIOS, 2012, p. 6).

Desse modo, faz-se necessário reconhecimento da escola, dos educadores e do poder público da sua corresponsabilidade na permanência efetiva dos alunos e no enfrentamento às causas da evasão. É necessária a produção de conhecimento por parte da Pedagogia, da Psicologia e da Sociologia da Educação sobre como a desigualdade racial influi na permanência ou não na escola, bem como a implementação de políticas públicas de permanência que garantam a efetuação do direito à educação.

Considerando isso, vê-se a necessidade de considerar o recorte racial presente no fenômeno da evasão escolar. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo quantificar e mapear a presença de publicações sobre evasão escolar que considerem a mesma em perspectiva à discussão étnico-racial nos últimos cinco anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma busca inicial, foi verificada a presença de 337 publicações oriundas do descritor “evasão escolar”, filtradas pelos critérios de serem artigos publicados no período entre 2015 e 2019 e em língua portuguesa. Como resultado da combinação dos descritores utilizados, foram encontradas 12 publicações contendo os descritores “evasão escolar” e “etnia”, correspondendo à aproximadamente 3,5% das publicações sobre o tema geral. Na busca por “evasão escolar” e “população negra”, os resultados foram de 6 artigos, correspondentes a aproximados 1,7% das publicações sobre evasão escolar. Para os descritores “evasão escolar” e “raça”, o número foi de 18 artigos, correspondendo a aproximadamente 5,3% dos artigos sobre evasão escolar nesse período. Por fim, com os descritores “evasão escolar” e “políticas identitárias”, foram encontrados 2 artigos, número próximo a 0,5% do grupo inicial. Os artigos referidos foram selecionados para análise. A seguir, um gráfico permite maior compreensão desses resultados.



Após a seleção inicial a partir dos descritores, foi feita a leitura dos resumos de cada publicação, a fim de verificar sua correspondência com os critérios de inclusão e exclusão definidos. Como resultado desse processo, foi verificado que nenhum dos artigos se adequou aos mesmos. Isso porque, apesar de sinalizarem os descritores utilizados no conteúdo de seu texto, nenhum deles tem a temática da evasão escolar associada à raça como objeto de pesquisa.

É possível observar, a partir dos resultados, que existe uma escassez da discussão evidenciada pelo baixo número de resultados para quatro descritores relevantes sobre a temática. O gráfico mostra visualmente a discrepância numérica entre os artigos analisados e o número total de resultados encontrados referentes à evasão escolar.

Também se revelou um número baixo de publicações na literatura sobre o tema não só como variável de discussão, mas como objeto de pesquisa, uma vez que nenhum dos artigos analisados tinham a relação entre raça/cor e evasão escolar como objeto de pesquisa, ou seja, não há protagonismo da discussão étnico-racial em nenhum dos artigos analisados, e os resultados encontrados com os descritores utilizados, referentes à raça, são todos sinalizações em pesquisas outras que não tinham como objetivo principal discutir sobre isso.

Um fator importante é também que os dados estatísticos sobre a desigualdade racial como dado significativo para a evasão escolar também são escassos e pouco claros. Apesar de haverem pesquisas nacionais que situam a variável raça nos seus dados, tais quais a PNAD Contínua 2017 (IBGE, 2017), documentos como o Censo Escolar 2018 (INEP, 2018) consideram marcadores como zona de residência, estado e período escolar para classificar o número de alunos matriculados, mas não têm qualquer referência à raça/cor. Pode-se considerar, com isso, que há uma dificuldade em manter e acessar dados atualizados sobre a realidade escolar de alunos negros, causando uma invisibilização da realidade dos mesmos.

A análise das informações que se apresentam, as quais foram referenciadas anteriormente, apontam que essa população que evade da escola, principalmente ao fim do ensino fundamental e início do médio, corresponde a alunos que necessitam optar pelo trabalho informal como fonte de renda, tanto na zona rural como urbana (IBGE, 2017; NERI, 2009).

O que chama atenção nos resultados da pesquisa é, principalmente a disparidade entre o aumento das discussões sobre racismo e desigualdade de oportunidades da população negra, inclusive nos currículos das graduações voltadas para a educação, e o baixo número de publicações sobre a temática. Ainda há uma dificuldade, tal como apresentado nesses resultados, de encarar diretamente a discussão do racismo institucional que afeta a escolarização de pessoas negras (RODRIGUES, 2014) como objeto central de preocupações teórico-práticas.

Essa estrutura de produção de saber se aproxima da lógica do epistemicídio. Esse conceito, do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, se refere a “um mecanismo de apagamento epistemológico de povos secularmente oprimidos que corrobora com o cenário de marginalização social que se perpetua até a atualidade” (SILVA E PINHO, 2018, p. 2). Para além de discutir sobre casos particulares ou julgar moralmente a escolha de questões de pesquisa e construção de conhecimento, o conceito de epistemicídio aponta para o apagamento sistemático de populações marginalizadas tanto como objeto de pesquisa como enquanto produtores de saber.

Silva, sobre isso, afirma que “a lógica da escala dominante, que aponta para a irrelevância de qualquer outra lógica que não a hegemônica, e a lógica produtivista, assentada na monocultura dos critérios de produtividade capitalista; tal supressão de saberes corresponde a verdadeiro epistemicídio.” (SILVA, 2014, p. 53). Assim, ao relacionar com os resultados aqui apresentados, pode-se justificar a ausência de artigos publicados sobre evasão escolar com um recorte racial como sinalizador também desse apagamento, que tanto atinge o fazer científico, reservando aos negros um lugar de submissão à ciência centrada na experiência branca, quanto é reflexo da estrutura racista da sociedade que coloca as produções de negros, não apenas a ciência, no lugar de inferior e risível.

Além de dialogar com o resultado dessa pesquisa, a ausência de artigos dentro dos critérios propostos, o fenômeno do epistemicídio atinge também o elemento em questão nas pesquisas analisadas: a evasão escolar. Apesar de se ancorar em causas diversas, tais como problemas familiares, socioeconômicos ou falta de motivação, a saída do aluno da escola tem sempre repercussões afetivas (SILVA FILHO E ARAÚJO, 2017; MENDES, 2013; RIGO, CAZELLA, CAMBRIZZI, 2012). Cabe, portanto, compreender como o aluno se relaciona afetivamente com a escola; se sua presença nela é positivamente significativa ou se estar ali é estranho à sua realidade, necessidades e valores identitários.

Assim, pode-se dizer que a permanência na escola consiste em uma questão cultural influenciada pelas formas de vida dos sujeitos, uma vez que algumas formas de vida são mais bem recebidas na escola do que outras. De acordo com Pierre Bourdieu, isso se dá porque a escola é uma instituição que se constitui em uma cultura tradicionalmente elitista, valorizando e sendo valorizada por esse grupo social. Apesar de os sujeitos se constituírem nas mais diversas experiências culturais, as classes sociais pobres e as práticas culturais atribuídas a elas são inferiorizadas em detrimento do chamado capital cultural, aqueles elementos culturais que tem valor de manutenção do poder socioeconômico da elite. Esse capital cultural “é mais do que uma subcultura de classe; é tido como um recurso de poder que equivale e se destaca - no duplo

sentido de se separar e de ter uma relevância especial - de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos.” (SILVA, 1995, p. 24).

Dessa forma, entende-se que, apesar do crescente número de ingressantes negros e pobres na escola em comparação a períodos anteriores, a escola nem sempre é um espaço receptivo para todos, uma vez que a mesma constitui-se também como uma ferramenta na manutenção da desigualdade de classes e valorização da cultura dominante (SILVA, 1995). Assim, evasão escolar, retenções e outros problemas, ao serem colocados nessa perspectiva, deixam de ser vistos como culpa do aluno e de seu grupo social e passam a ser enxergados como problemas constituídos na estrutura da sociedade.

Assim, entende-se que não se faz necessária apenas a criação de políticas públicas que apenas garantam a inserção de tal população na escola, mas que existam ações que possibilitem a permanência da população negra no espaço escolar como um lugar de referência para os mesmos. As políticas públicas educacionais na escolar precisam alcançar todos os contextos de desigualdade que ameacem a população negra, de forma que permanecer na escola não conflitue com os interesses econômicos, sociais ou afetivos dos sujeitos. Isso precisa ser construído desde a garantia do direito à merenda, a Lei 10.639 que normatiza o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica (BRASIL, 2003), e outras ações realizadas dentro do contexto escolar, até as políticas como o Bolsa Família e outras ações que, a longo prazo, buscam reduzir os efeitos do histórico de desigualdade social e econômica atrelada à raça/cor no país.

O desafio, assim, é tornar a escola um espaço de referência identitária para essa população, que atente para suas demandas, sua cultura e suas formas de vida, saindo do lugar de reprodutora de desigualdades para o de ferramenta política de afirmação e garantia de direitos. Além disso, também é necessário mobilizar a comunidade científica no sentido de questionar as causas que levam ao resultado dessa pesquisa. A ausência, o desinteresse e a invisibilização das tensões étnico-raciais na educação sinaliza para uma consequente limitação nas possibilidades de intervenção de docentes e gestores na construção de uma escola antirracista.

Para além de escolhas pessoais, esse apagamento epistemológico precisa ser combatido institucionalmente por meio de estudos, pesquisas e componentes curriculares que tratem das relações étnico-raciais na escola e na educação como um todo. Esse acesso abre possibilidades e equipa os futuros educadores na sua prática com relação as questões raciais de forma qualificada e implicada. É necessário responsabilizar profissionais na área da educação sobre essas questões, uma vez que o acolhimento e ensino a alunos com características não

hegemônicas de forma digna não pode ser uma especialidade profissional ou uma preferência individual, mas sim fazer parte da obrigação ética de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, ao produzir conhecimento ou promover intervenções sobre a evasão escolar, é preciso considerar e colocar em perspectiva o fenômeno a partir da estrutura racista e excludente da sociedade, inclusive para outros grupos minoritários. Apesar da diversidade de possibilidades na abordagem do tema, a ausência de pesquisas atuais que evidenciem como a evasão escolar é influenciada por conflitos raciais estruturantes na sociedade compromete a eficácia e relevância das intervenções provenientes do conhecimento produzido, uma vez que a educação como direito de todos continua sendo irreal.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de maiores pesquisas a respeito, que considerem as experiências de negritude e as produções teóricas existentes sobre a mesma, que evidenciem o racismo como ataque direto ao direito à educação, além da dignidade humana. A ausência dessas pesquisas por parte de educadores evidencia que a mesma falta pode ser constatada também nas intervenções diretas ao problema.

Assim, cabe compreender como as relações de racismo e discriminação afetam a escolarização, bem como considerar a necessidade de produzir uma práxis que, situada na realidade, discuta sobre evasão escolar de forma contextualizada e multidimensional, atuando sobre a problemática do racismo e das desigualdades que afetam a população negra.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266

Brasil. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

Brasil Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

Brasil. Parecer CEB 022/98; Resolução CEB 1/1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica, 1999.

Camargo, D. B.; Rios, M. P. G. A evasão escolar na 1ª série do Ensino Médio no município de Joaçaba – SC: Desafios curriculares. Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua: Educação 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatísticas-novoportal/educação/9171-pnad-contínua>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2018.

Mendes, M. S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. Estudos de Psicologia (Campinas), 30(2), 261-265, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200012>

Neri, M. Motivos da evasão escolar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. In: www.fgv.br/cps/tpemotivos/.

Pansini, F; Marin, A. P. O ingresso de crianças de 6 anos no ensino fundamental: uma pesquisa em Rondônia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 87-103, jan./abr. 2011

Rigo, S. J. ; Cazella, S. ; Cambuzzi, W. L. Minerando Dados Educacionais com foco na evasão escolar: oportunidades, desafios e necessidades. Desafie, Curitiba, 2012.

Rodrigues, J. B. Racismo e Evasão Escolar (Monografia de Graduação). 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/105138/000940781.pdf?sequence=1>

Silva, A.; Pinho, C. M. S. Epistemicídio, Racismo e Educação: considerações epistemológicas a partir de Boaventura de Sousa Santos. Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis, Congresso de Pesquisa em Educação. Set 2018.

Silva, D.A. De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de Representação da identidade negra em Cadernos Negros. Ilha do Desterro, Florianópolis, n. 67, p. 51-62, jul/dez 2014.

Silva Filho, R. B.; ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

Silva, G. O. V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação, v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995.

Disponível

em:

<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>

Vitelli, R. F.; Fritsch, R. Evasão Escolar na Educação Superior: de que indicador estamos falando? Estudos em Avaliação Educacional, v. 27, n. 66, p. 908–937, 2016.